

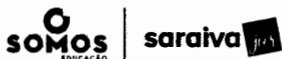
Juizados Especiais da Fazenda PÚBLICA

COMENTÁRIOS À LEI N. 12.153,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

www.editorasaraiva.com.br/direito

Visite nossa página

ISBN 978-85-472-1776-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição

Eveline Gonçalves Denardi
 Iris Ferrão
 Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial

Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Guilherme H. M. Salvador
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Mônica Landi
 Tatiana dos Santos Romão
 Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Desígnios Editoriais

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Figueira Júnior, Joel Dias

Juizados especiais da fazenda pública : comentários à Lei
n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009 / Joel Dias Figueira
Júnior. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2017.1. Fazenda Pública - Brasil 2. Juizados Especiais -
Legislação - Brasil 3. Processo Civil - Brasil I. Título.

17-0225

CDU 347.994(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Fazenda Pública : Juizados Especiais :
Leis comentadas 347.994(81)(094)

111520

Data de fechamento da edição: 10-7-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 603272 CAE 621357

SUMÁRIO

<i>Nota do autor à primeira edição</i>	23
<i>Nota do autor à segunda edição</i>	27
<i>Nota do autor à terceira edição</i>	29

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1. Criação e instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	31
2. “Sistema” assistemático dos Juizados Especiais	35
3. Das atribuições dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	38
4. Escopos sociopolíticos e jurídicos dos Juizados Especiais	40
5. A autocomposição como principal instituto dos Juizados Especiais	46
6. Subsidiariedade das Leis n. 9.099/95, 10.259/2001 e do Código de Processo Civil	51
7. Do aperfeiçoamento de magistrados e serventuários da Justiça	53
8. Juizados Especiais adjuntos, itinerantes, virtuais e processo eletrônico	54
9. Princípios processuais orientadores dos Juizados Especiais Cíveis	56
9.1 Princípio da oralidade e seus subprincípios	58
9.1.1 Princípio do imediatismo, imediação ou imediatidade	60
9.1.2 Princípio da concentração dos atos	60
9.1.3 Princípio da imutabilidade ou identidade física do Juiz	61
9.1.4 Princípio da irrecurribilidade das decisões interlocutórias	62
9.1.5 Princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade	64
10. Da competência dos Estados para legislar em sede de Juizados Especiais	66

CAPÍTULO II DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

1. Jurisdição e competência: distinções e similitudes	72
2. Da competência: critérios, limites e questões controvertidas	75

14 JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

2.1	Histórico legislativo das Leis n. 12.153/2009 e 10.259/2001 no que concerne à competência e à tendência instrumental em sede procedimental: breves considerações	75
2.2	Da escolha legislativa pela competência “absoluta” (ou mista)	81
2.3	Valor da causa e competência	82
2.3.1	Aspectos introdutórios a respeito do tema	82
2.3.2	Da competência “absoluta” (mista) em razão da matéria, limitação valorativa de sessenta salários, obrigação de trato sucessivo e litisconsórcio ativo	82
2.4	O critério da complexidade da causa	87
2.5	Competência em razão da matéria ou da qualidade das partes	92
2.6	Limitação da competência para atender às necessidades da organização dos serviços judiciários ou administrativos	93
3.	Da competência para execução de títulos executivos judicial e extrajudicial	94
3.1	Da competência para a execução de título executivo judicial	94
3.2	O princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> : demandas pendentes em fase de liquidação e a execução de sentença	94
3.3	Competência para execução das sentenças criminais de natureza civil indenizatória	95
3.4	Da competência para execução de título executivo extrajudicial	96
4.	Modificações da competência	97
5.	Conflito de competência	98
6.	Conexão, prevenção e distribuição por dependência	101
7.	Competência e atribuição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	103
8.	Da exclusão da competência	104
9.	Da competência e do procedimento aplicável	104
10.	Competência originária dos Tribunais de Justiça	105
11.	Competência recursal	105

CAPÍTULO III

DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

1.	Considerações preliminares acerca do tema	107
2.	Poderes instrutórios do juiz (togado ou leigo) e o princípio dispositivo	108
3.	“Justiça participativa”: os novos auxiliares e suas atribuições	112
4.	Do recrutamento dos conciliadores e juízes leigos (ou instrutores)	114
5.	Auxiliares da Justiça e impedimento ao exercício da advocacia	116
6.	Da instituição e composição das Turmas Recursais	120
7.	Decisão justa e equânime	122
8.	Valoração das provas e do direito baseada em regras de experiência comum ou técnica	128
9.	Da coordenação dos Juizados e da implantação da Justiça volante	130

CAPÍTULO IV DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Da capacidade para estar em juízo. Pressuposto processual de validade.....	131
2. Sujeitos integrantes dos polos ativo e passivo das demandas, as limitações estabelecidas no art. 5º da Lei n. 12.153/2009 e os reflexos em sede de competência ...	132
3. Da capacitação processual e o pedido contraposto.....	136
4. Da exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. Da cessão de crédito real ou fictícia.....	138
5. Das partes em juízo e as questões voltadas à representação judicial.....	139
5.1 Da representação para a causa e a assistência facultativa de advogado.....	139
5.2 Do eventual limite estabelecido para a facultatividade do patrocínio da causa por advogado e seus reflexos de ordem constitucional	140
5.3 Das hipóteses de obrigatoriedade do patrocínio da causa por advogado e a complexidade da demanda.....	147
5.4 Do equilíbrio processual entre os litigantes	149
5.5 Mandato verbal ou escrito	150
5.6 Representação da pessoa jurídica por preposto credenciado.....	150
6. Intervenção de terceiros, assistência e “ <i>amicus curiae</i> ”	151
7. Do litisconsórcio	154
8. Da intervenção do Ministério Público Estadual.....	155

CAPÍTULO V DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Noções de atos processuais	157
2. Dos atos das partes.....	159
3. Atos e pronunciamentos judiciais.....	160
4. Do tempo e do lugar dos atos processuais.....	162
5. Nulidades e instrumentalidade das formas	162
6. Dos atos processuais em comarcas distintas.....	163
7. Dos registros dos atos processuais e o processo eletrônico	164
8. Das disposições das normas de organização judiciária.....	165
9. Das citações, das intimações e da inexistência de prazo privilegiado à Fazenda Pública	166

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

1. Tipos de processo e de procedimentos: breves considerações.....	171
2. Processos admitidos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	173
3. Natureza jurídica, classificação das ações e enquadramento nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	174

16 JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

4. Tipos de ações admissíveis e procedimentos aplicáveis nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	181
5. Da propositura da ação	184
6. Petição inicial e capacidade postulatória. A problemática questão da (in)constitucionalidade no que concerne à presença facultativa do advogado para o ajuizamento da demanda	184
7. Da petição inicial, possibilidade de emenda e pedido de desconsideração da personalidade jurídica	185
8. Modificação do pedido ou da causa de pedir	186
9. Requerimento inicial e superveniência da causa independente.....	189
10. Petição inicial: requisitos.....	190
10.1 Considerações preliminares	190
10.2 Qualificação das partes e destinatário da peça	193
10.3 Causa de pedir.....	195
10.4 Objeto (mediato e imediato): pedido e suas especificações, alternatividade e cumulatividade.....	196
10.5 Valor da causa e a relevância do instituto	200
11. Das provas	204
11.1 Meios probatórios e sua admissibilidade	204
11.2 Tipos de prova	205
11.3 Momento processual oportuno para requerer (especificar) as provas e sua efetiva produção.....	206
11.4 A questão da tempestividade para o requerimento de produção de provas	207
11.5 Os poderes instrutórios do juiz	208
11.6 Da prova testemunhal.....	211
11.6.1 Número máximo de testemunhas.....	211
11.6.2 Do comparecimento das testemunhas	212
11.6.3 Do prazo para a formulação de pedido de intimação das testemunhas..	213
11.6.4 Da condução da testemunha	213
11.7 Da prova técnica.....	214
11.7.1 Complexidade da matéria e prova técnica	214
11.7.2 Realização da prova técnica e antecipação de honorários.....	217
11.7.3 Da inspeção judicial	219
12. Das tutelas provisórias.....	220
12.1 Tutelas provisórias: considerações gerais.....	220
12.2 Tutela provisória nos Juizados da Fazenda Pública.....	221
13. Considerações gerais preliminares sobre o procedimento.....	224
14. Trâmites preambulares	224
15. Da audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	225
15.1 Ato processual único, uno e indivisível, nada obstante fracionário.....	225

15.2	Desdobramento da audiência.....	226
15.3	Comparecimento espontâneo e simultâneo das partes em juízo	227
15.4	Da autocomposição: conciliação e transação – Importância, conceitos, distinções e similitudes.....	228
15.4.1	Das atividades conciliatórias	232
15.4.2	Da presidência da audiência em fase conciliatória.....	233
15.4.3	Do acordo, seus termos e homologação.....	233
15.5	Efeitos decorrentes da ausência das partes (autor ou réu) em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	234
15.6	Momento processual oportuno para decidir as questões incidentais.....	235
15.7	Juntada de documentos e manifestação das partes	237
15.8	Dos termos em audiência e seu registro.....	237
16.	Da resposta do réu.....	238
16.1	Tipos de resposta e forma de oferecimento da peça.....	238
16.2	Da contestação	239
16.3	Das exceções	242
16.4	Da reconvenção e do pedido contraposto	243
16.5	Momento processual oportuno e princípio da eventualidade: do prazo para responder.....	248
16.6	Da manifestação do autor sobre a resposta.....	252
17.	Da revelia	252
17.1	Conceito clássico, amplitude e classificação.....	252
17.2	Efeitos da revelia: a regra geral.....	255
17.3	A revelia delineada nos moldes do art. 20 da Lei n. 9.099/95.....	257
17.4	Revelia e seus efeitos em face dos entes públicos.....	260
18.	Providências preliminares ou julgamento conforme o estado do processo	264
18.1	Conclusão da fase postulatória e julgamento conforme o estado do processo.....	264
19.	Da opção pela arbitragem e análise da possibilidade de sua instituição diante das regras específicas definidas através da Lei n. 12.153/2009 – Arbitragem e a Fazenda Pública: breves considerações distintivas e comparativas entre o regime arbitral instituído pela Lei n. 9.307/96 e Lei n. 9.099/95.....	265
20.	Atividades preliminares à audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	267
21.	Da instrução e julgamento.....	268
22.	Razões impeditivas à instauração imediata da instrução e julgamento	269
23.	Designação de data próxima para o prosseguimento da audiência	269
24.	Das atividades instrutórias	270
25.	Da sentença.....	271
25.1	Da sentença proferida em audiência e em gabinete.....	271
25.2	Conteúdo da sentença	272
25.3	Da liquidez da sentença	275
25.4	Da ineficácia da sentença.....	276

25.5 Da sentença proferida por juiz instrutor (ou “leigo”).....	277
25.6 Sentença “ <i>ad referendum</i> ” do juiz togado.....	278
25.7 Da coisa julgada	279
25.8 Exceção do limite de alçada em face da incidência de juros e correção monetária	279
25.9 Exceção ao limite de alçada em face da sucumbência, da aplicação de sanção pecuniária por litigância de má-fé ou prática de ato atentatório à dignidade da justiça, de astreintes e da multa por não pagamento espontâneo decorrente de condenação por quantia certa	282
25.10 Modificações do salário mínimo após o ajuizamento da demanda.....	285
25.11 Prestações periódicas ou de trato sucessivo.....	286
25.12 Da advertência a respeito da renúncia de crédito excedente	288
25.13 Julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo.....	289

CAPÍTULO VII RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. Considerações gerais	294
2. Indispensabilidade de advogado em segundo grau de jurisdição.....	297
3. Do reexame necessário	298
4. Do julgamento monocrático em sede recursal	298
5. Controle de admissibilidade dos recursos.....	299
6. Composição e competência dos Colégios Recursais	300
7. Efeitos decorrentes do recebimento do recurso	303
8. Do preparo, da deserção e da isenção de custas para os entes públicos	305
9. Dos prazos em geral	307
10. Da transcrição das fitas magnéticas.....	307
11. Da intimação da data do julgamento	308
12. Do conteúdo e fundamentação do acórdão	308
13. Da resposta ao recurso.....	309
14. Indeferimento da petição inicial e reforma de ofício da sentença.....	309
14-A. Do recurso em razão de julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo	309
15. Dos recursos em espécie.....	310
15.1 Da apelação	310
15.1.1 Considerações introdutórias.....	310
15.1.2 Dos prazos para interposição do recurso.....	312
15.1.3 Fundamentação e forma do recurso	312
15.2 Do agravo interno	313
15.3 Do agravo por instrumento	313
15.4 Dos embargos de declaração	320
15.5 Decisões não unânimes, embargos de divergência e a técnica do julgamento estendido	324

15.6 Uniformização de jurisprudência.....	325
15.7 Do incidente de arguição de inconstitucionalidade	340
15.8 Do incidente de resolução de demandas repetitivas	341
15.9 Do incidente de assunção de competência.....	342
15.10 Da reclamação prevista no Código de Processo Civil	343
15.11 Recurso especial.....	344
15.12 Recurso extraordinário	346
16. Dos meios de impugnação em geral	349
16.1 Do mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	349
16.2 Do pedido de reconsideração.....	356
16.3 Da reclamação ou correição parcial	359
16.4 Da reclamação destinada a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	362
16.5 Da ação rescisória	367
16.6 Da ação anulatória	369
17. Da correção <i>ex officio</i> de erro material	371

CAPÍTULO VIII DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

1. Extinção do processo e suas hipóteses	373
2. Extinção ou redistribuição do processo	374
3. Contumácia do autor e efeitos decorrentes da ausência das partes em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	376
4. Incompatibilidade procedimental	378
5. Incompetência territorial	380
6. Impedimentos supervenientes.....	381
7. Falecimento do autor	383
8. Extinção do processo sem intimação pessoal das partes.....	384
9. Ausência do autor à audiência por motivos de força maior	384

CAPÍTULO IX DA SUCUMBÊNCIA

1. Do amplo acesso à Justiça, gratuidade e princípio da sucumbência.....	387
2. A distinção a respeito da sucumbência em sede de Juizados Especiais Federais, Juizados Especiais Estaduais e Juizados Especiais da Fazenda Pública	393
3. Das despesas processuais em grau de recurso.....	395
4. Litigância de má-fé, prática de ato atentatório à dignidade da justiça, sucumbência, <i>astreintes</i> e multa por não pagamento espontâneo decorrente de condenação.....	397
5. Da sucumbência em segundo grau de jurisdição.....	397
6. Das despesas e honorários no processo de execução	398

CAPÍTULO X DA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

1. Escopos sociais, políticos e jurídicos dos Juizados Especiais em sede executiva fundado em título judicial e a adequação do instrumento em face da natureza obrigacional	402
2. Título executivo judicial.....	403
2.1 Das sentenças em obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa certa.....	403
2.2 Das sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.....	405
2.2.1 Transmutação da condenação (exortação) em mandamento (ordem)	405
2.2.2 Técnicas de efetivação e regime de procedimentalidade – <i>Contempt of court</i> e medidas coercitivas: astreintes e prisão pelo crime de prevaricação ou desobediência.....	409
2.2.3 Procedimento para efetivação do pagamento.....	419
2.2.4 Das formas de oposição à execução.....	421
2.2.5 Vedação do fracionamento para quitação da dívida e satisfação do credor.....	422
2.2.6 Da renúncia facultativa ao crédito excedente ao limite de alçada dos Juizados	422
2.2.7 Da liquidação de sentença.....	425
2.2.8 Da conversão dos índices e cálculo do contador	425
2.3 Das sentenças declaratórias e constitutivas: a satisfação no plano meramente formal ou jurídico.....	426
2.4 Da execução de título judicial em que o particular é sucumbente.....	426
2.5 Da intimação da sentença e do ato de instar.....	427
2.6 Da inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos.....	427
2.7 Do arresto de bens do devedor não localizado	427
3. Da execução de título extrajudicial	428
3.1 Da execução contra a Fazenda Pública: regime executiva e processamento da execução.....	428
3.2 Da execução contra o particular: regime executiva e processamento da execução	430
3.3 Embargos à arrematação, à adjudicação e embargos de terceiro.....	430

CAPÍTULO XI CONSIDERAÇÕES FINAIS E GERAIS

1. Introdução.....	433
2. Defensoria Pública, assistência judiciária e curadorias	434
3. Acordo extrajudicial e validade jurídica	434
4. Extensão das hipóteses de conciliação	435
5. Eficácia da lei no tempo e no espaço.....	435

<i>Referências bibliográficas</i>	437
---	-----

ANEXOS

<i>Anexo I - Fluxogramas</i>	453
1. Procedimento sumaríssimo	453
2. Execução de título extrajudicial (Vara da Fazenda Pública).....	455
3. Execução de título judicial	456
4. Uniformização de jurisprudência (1)	457
4. Uniformização de jurisprudência (2)	458
<i>Anexo II - Quadro comparativo das leis n. 12.153/2009, 10.259/2001 e 9.099/1995</i>	459

ÍNDICES

<i>Índice alfabético-remissivo</i>	473
<i>Índice onomástico</i>	483
<i>Índice legislativo por artigos</i>	487